

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL MÉDIO

**TÉCNICO DE APOIO ESPECIALIZADO/
ORÇAMENTO**

CARGO

49

Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas.** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo entre os que já tenham terminado as provas.**
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.**
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.**

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A recuperação econômica dos países desenvolvidos
começou perigosamente a perder fôlego. A reação dos
4 indicadores de atividade na zona do euro, que já não eram
robustos ou mesmo convincentes, é agora algo semelhante à
paralisia. Os Estados Unidos da América cresceram a uma taxa
superior a 3% em 12 meses, mas a maioria dos analistas aposta
7 que a economia americana perderá força no segundo semestre.
O corte de 125 mil empregos em junho indica que a esperança
de gradual retomada do crescimento do mercado de trabalho no
10 curto prazo era prematura e não deverá se concretizar. As
razões para esse estancamento encontram-se no comportamento
do polo dinâmico da economia mundial, os países emergentes,
13 cujo desenvolvimento econômico começou a desacelerar —
ainda que a partir de taxas exuberantes de expansão.

Valor Econômico, Editorial, 6/7/2010 (com adaptações).

Com relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 Na linha 10, o deslocamento do pronome “se” para imediatamente após a forma verbal “concretizar” — **não deverá concretizar-se** — não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- 2 Infere-se das informações do texto que os países emergentes são considerados o polo dinâmico da economia mundial e deles dependem a velocidade e a força da recuperação da economia de países desenvolvidos.
- 3 No trecho “cujo desenvolvimento econômico (...) expansão” (l.13-14), identifica-se relação de causa e consequência entre a construção sintática destacada com travessão e a oração que a antecede.
- 4 As expressões “começou perigosamente a perder fôlego” (l.2) e “começou a desacelerar” (l.13), empregadas em sentido figurado, são equivalentes quanto ao sentido e sugerem que, no atual contexto mundial, caracterizado pela economia globalizada, não há esperança de crescimento da oferta de emprego no curto prazo.
- 5 Se o verbo da oração “mas a maioria dos analistas aposta” (l.6) estivesse flexionado no plural — **apostam** —, o período estaria incorreto, visto que, de acordo com a prescrição gramatical, a concordância verbal, em estrutura dessa natureza, deve ser feita com o termo “maioria”.

1 Para a maioria das pessoas, os assaltantes, assassinos e
traficantes que possam ser encontrados em uma rua escura da
cidade são o cerne do problema criminal. Mas os danos que tais
4 criminosos causam são minúsculos quando comparados com os
de criminosos respeitáveis, que vestem colarinho
branco e trabalham para as organizações mais poderosas.
7 Estima-se que as perdas provocadas por violações das leis
antitrust — apenas um item de uma longa lista dos principais
crimes do colarinho branco — sejam maiores que todas as
10 perdas causadas pelos crimes notificados à polícia em mais de
uma década, e as relativas a danos e mortes provocadas por esse
crime apresentam índices ainda maiores. A ocultação, pela
13 indústria do asbesto (amianto), dos perigos representados por
seus produtos provavelmente custou tantas vidas quanto as
destruídas por todos os assassinatos ocorridos nos Estados
16 Unidos da América durante uma década inteira; e outros
produtos perigosos, como o cigarro, também provocam, a cada
ano, mais mortes do que essas.

James William Coleman. *A elite do crime*. 5.ª ed.,
São Paulo: Manole, 2005, p. 1 (com adaptações).

Considerando as ideias e aspectos linguísticos desse texto, julgue os itens que se seguem.

- 6 Não haveria prejuízo para o sentido original do texto nem para a correção gramatical caso a expressão “a cada ano” (l.17-18) fosse deslocada, com as vírgulas que a isolam, para imediatamente depois de “e” (l.16).
- 7 Pela leitura do texto, conclui-se que, nos Estados Unidos da América, os efeitos anuais do tabagismo são mais danosos que os de uma década de violência urbana somados aos do uso de produtos fabricados com amianto.
- 8 A correção gramatical e a coerência do texto seriam preservadas se a oração “que possam ser encontrados em uma rua escura da cidade” (l.2-3) estivesse entre vírgulas.
- 9 Conclui-se da leitura do texto que os efeitos das ações de criminosos de rua não são, de fato, tão danosos à sociedade quanto os das ações praticadas por criminosos de colarinho branco.
- 10 Sem prejuízo para a coerência textual e a correção gramatical, o trecho “Mas os danos (...) minúsculos”, que inicia o segundo período do texto, poderia ser substituído por: **Embora os danos causados por esses criminosos sejam ínfimos (...)**.
- 11 No segmento “quanto as destruídas” (l.14-15), o emprego do acento grave é facultativo, visto que o termo “quanto” rege complemento com ou sem a preposição **a**.

1 A pobreza é um dos fatores mais comumente responsáveis
 pelo baixo nível de desenvolvimento humano e pela origem de
 uma série de mazelas, algumas das quais proibidas por lei ou
 4 consideradas crimes. É o caso do trabalho infantil. A chaga
 encontra terreno fértil nas sociedades subdesenvolvidas, mas
 também viceja onde o capitalismo, em seu ambiente mais
 7 selvagem, obriga crianças e adolescentes a participarem do
 processo de produção. Foi assim na Revolução Industrial de
 ontem e nas economias ditas avançadas. E ainda é, nos dias de
 10 hoje, nas manufaturas da Ásia ou em diversas regiões do Brasil.
 Enquanto, entre as nações ricas, o trabalho infantil foi
 minimizado, já que nunca se pode dizer erradicado, ele continua
 13 sendo grave problema nos países mais pobres.

Jornal do Brasil, Editorial, 1.º/7/2010 (com adaptações).

Com relação aos sentidos e estruturas linguísticas do texto, julgue os itens subsequentes.

- 12 A palavra “chaga” (l.4), empregada com o sentido de **ferida social**, refere-se, na estrutura sintática do parágrafo, a “pobreza” (l.1).
- 13 Na linha 7, o emprego de preposição em “a participarem” é exigido pela regência da forma verbal “obriga”.
- 14 Estariam preservadas a coerência textual e a correção gramatical se a expressão **Não obstante** fosse inserida, com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas e seguida de vírgula, antes da palavra “Enquanto” (l.11), obtendo-se: **Não obstante, enquanto, entre (...) mais pobres**.
- 15 A expressão “das quais” (l.3) pode ser suprimida do período sem prejuízo da correção gramatical ou da coerência do texto.

Nos itens a seguir, são apresentados trechos adaptados de jornal de grande circulação. Julgue-os quanto à correção gramatical.

- 16 A legislação brasileira proíbe que menores de catorze anos trabalhem, mas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), havia, em 2008, um total de 993 mil crianças entre cinco e treze anos nessa situação. Em uma faixa etária mais ampla, até dezessete anos, quando se espera que os jovens ainda estejam estudando, foram contabilizados, ao todo, 4,5 milhões de crianças e adolescentes no exercício de algum tipo de trabalho.
- 17 Visto apenas pelo ângulo econômico, o problema da exploração da mão de obra infantil, é ao mesmo tempo reflexo e impedimento para o desenvolvimento. Quando crianças e adolescentes deixam de estudar para entrar precocemente no mercado de trabalho, trocam um futuro mais promissor pelo ganho imediato.
- 18 Vista como uma questão social, a exploração do trabalho infantil subtrai do ser humano uma das fases mais importantes para o seu crescimento: época de descobertas, de acúmulo de conhecimento e de preparo para a vida adulta. Um crime irremediável.
- 19 Graças à políticas públicas realizadas nos últimos anos, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do governo federal, as taxas de crianças e adolescentes que trabalham no país vem registrando quedas acentuadas. Mesmo assim, o problema ainda preocupa, pela sua extensão.

1 As projeções sobre a economia para os próximos dez anos
 são alentadoras. Se o Brasil mantiver razoável ritmo de
 crescimento nesse período, chegará ao final da próxima década
 4 sem extrema pobreza. Algumas projeções chegam a apontar o
 país como a primeira das atuais nações emergentes em
 condições de romper a barreira do subdesenvolvimento e
 7 ingressar no restrito mundo rico.

Tais previsões baseiam-se na hipótese de que o país vai superar eventuais obstáculos que impediriam a economia de crescer a ritmo continuado de 5% ao ano, em média. Para realizar essas projeções, o Brasil precisa aumentar a sua capacidade de poupança doméstica e investir mais para ampliar a oferta e se tornar competitivo.








No lugar de alta carga tributária e estrutura de impostos inadequada, o país deve priorizar investimentos que expandam a produção e contribuam simultaneamente para o aumento de produtividade, como é o caso dos gastos com educação. É dessa forma que são criadas boas oportunidades de trabalho, geradoras de renda, de maneira sustentável.

O Globo, Editorial, 12/7/2010 (com adaptações).

Com relação às ideias e aspectos linguísticos do texto, julgue os itens seguintes.

- 20 Depreende-se da leitura do texto que o Brasil, em uma década, será membro do grupo dos países ricos.
- 21 Pelas estruturas sintáticas, escolhas lexicais e modo de organização das ideias, conclui-se que predomina, no texto, o tipo textual narrativo.
- 22 A ausência de vírgula logo após o termo “investimentos” (l.15) permite concluir que, segundo o autor do texto, é necessário que, no Brasil, sejam priorizados investimentos voltados para a expansão da produção e para o aumento da produtividade.
- 23 As formas verbais “expandam” (l.15) e “contribuam” (l.16) foram empregadas no modo subjuntivo porque estão inseridas em segmento de texto que trata de fatos incertos, prováveis ou hipotéticos.
- 24 Subentende-se das informações do texto que a aplicação prioritária de recursos em educação acarretaria simultânea queda da carga tributária.
- 25 Infere-se da leitura do texto que o autor considera que o Brasil precisa reformular a estrutura de impostos, que é inadequada, e rever a carga tributária, que é alta.

Acerca do ambiente Windows e das ferramentas a ele associadas, julgue os itens a seguir.

- 26 No MS Word 2003, é possível inserir um texto no cabeçalho e no rodapé de todas as páginas de um documento em edição por meio do seguinte procedimento: seleciona-se o conteúdo do texto a ser inserido e importa-se essa seleção para Cabeçalho e Rodapé, na opção Importar para Todas as Páginas, o que faz que o texto selecionado se repita em todas as páginas do documento.
- 27 Suponha que um usuário do MS Word 2003 e do MS Excel 2007 deseje inserir, em uma planilha do Excel, uma tabela numérica composta de 100 linhas e 20 colunas, criada em um documento de texto do Word. Nessa situação, o objetivo do usuário será atingido por meio do seguinte procedimento: selecionar toda a tabela no documento Word; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, pressionar , liberando-as em seguida; abrir o documento do Excel; clicar a célula A1; pressionar a tecla  e, mantendo-a pressionada, pressionar , liberando-as em seguida.
- 28 Os operadores aritméticos do MS Excel 2007 para multiplicação, divisão, potenciação e porcentagem são, respectivamente, *, /, ^ e % .
- 29 Na área de transferência do Windows XP, ficam armazenados, por padrão, atalhos para alguns aplicativos úteis, como o Gerenciador de Arquivos, Meu Computador, Meus Locais de Rede e Lixeira, podendo o usuário criar outros atalhos que desejar.
- 30 Para efetuar as ações Minimizar ou Restaurar abaixo em uma janela de programa aberto no Windows XP, o usuário poderá clicar, respectivamente, o botão  ou o botão , ambos localizados no canto superior direito da janela em uso.
- 31 Clicando-se o botão  e selecionando-se o modo Detalhes para a exibição de arquivos e pastas, o Windows Explorer exibirá os detalhes gráficos da primeira página de cada documento existente na pasta selecionada, permitindo ao usuário visualizar o conteúdo de um documento mesmo antes de abri-lo.

A respeito de Internet e intranet, julgue os itens subsequentes.

- 32 O acesso autorizado à intranet de uma instituição restringe-se a um grupo de usuários previamente cadastrados, de modo que o conteúdo dessa intranet, supostamente, por vias normais, não pode ser acessado pelos demais usuários da Internet.
- 33 Um *modem* ADSL permite que, em um mesmo canal de comunicação, trafeguem sinais simultâneos de dados e de voz. Por isso, com apenas uma linha telefônica, um usuário pode acessar a Internet e telefonar ao mesmo tempo.

Acerca de conceitos básicos de segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 34 É recomendável que, entre as medidas de segurança propostas para gerenciar um ambiente automatizado, seja incluída a instalação, em rede, de ameaças que possam servir de armadilhas para usuários mal-intencionados, como criptografia, algoritmos, assinatura digital e antivírus.
- 35 Cavalos de Troia é exemplo de programa que atua na proteção a um computador invadido por *hackers*, por meio do fechamento de portas, impedindo o controle remoto do sistema.
- 36 De acordo com o princípio da disponibilidade, a informação só pode estar disponível para os usuários aos quais ela é destinada, ou seja, não pode haver acesso ou alteração dos dados por parte de outros usuários que não sejam os destinatários da informação.

No que se refere ao BrOffice, julgue os próximos itens.

- 37 A opção Estrutura de tópicos do *menu* Exibir do Impress permite fazer a conversão de um texto que foi digitado em forma de parágrafos dentro da caixa para a exibição em forma de tópicos, construídos a partir de cada frase isolada por um ponto final.
- 38 O formato padrão de arquivos criados no aplicativo Writer do BrOffice possui a terminação ODT, que é um dos formatos do *Open Document Format*.
- 39 Para facilitar a publicação de arquivos na Internet, usuários do aplicativo Impress podem visualizar uma apresentação de *slides* em forma de arquivo HTML por meio da opção Visualizar no Navegador da Web, disponível no *menu* Arquivo.

A organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União (MPU) estão claramente dispostos em legislação específica. Acerca dos princípios e das funções da referida instituição e dos seus membros, julgue os itens que se seguem.

- 40 Para exercer o controle externo da atividade policial, o MPU emprega meios estritamente judiciais e só pode representar à autoridade competente requerendo a instauração de inquérito.
- 41 É prerrogativa processual do procurador-geral da República ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Supremo Tribunal Federal.
- 42 A fiscalização das atividades funcionais e de conduta dos membros do MPU é incumbência da Corregedoria do Ministério Público Militar.
- 43 No exercício de sua autonomia funcional, administrativa e financeira, cabe ao MPU propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos, assim como a fixação dos vencimentos dos seus membros e servidores.
- 44 Na defesa dos direitos constitucionais do cidadão, o procurador-geral da República representa ao poder competente para a promoção da responsabilidade nos casos comprovados de omissões inconstitucionais.

Acerca da autonomia, da estrutura e do funcionamento do MPU, julgue os itens a seguir.

- 45 É atribuição do procurador-geral da República propor ao presidente da República os projetos de lei de interesse do MPU.
- 46 A estrutura completa do MPU é constituída por: Ministério Público Federal e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

A respeito dos princípios fundamentais, das garantias fundamentais e da aplicabilidade das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 47 As normas de eficácia plena não exigem a elaboração de novas normas legislativas que lhes completem o alcance e o sentido ou lhes fixem o conteúdo; por isso, sua aplicabilidade é direta, ainda que não integral.
- 48 A Constituição Federal de 1988 apresenta os chamados princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, que incluem referências a sua forma de Estado, forma de governo e regime político. Deduz-se do texto constitucional que a República Federativa do Brasil é um Estado de Direito, o que limita o próprio poder do Estado e garante os direitos fundamentais dos particulares.

A respeito da organização político-administrativa do Estado e da administração pública, julgue os itens que se seguem, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 49 De acordo com a CF, cargos, empregos e funções públicas são acessíveis somente a brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo, portanto, a possibilidade de obtenção de emprego público por estrangeiros.
- 50 Considere que determinado estado da Federação tenha obtido aprovação tanto de sua população diretamente interessada, por meio de plebiscito, como do Congresso Nacional, por meio de lei complementar, para se desmembrar em dois estados distintos. Nesse caso, foi cumprida a exigência imposta pela Constituição para incorporação, subdivisão, desmembramento ou formação de novos estados ou territórios federais.

A respeito do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue os seguintes itens.

- 51 São funções essenciais à justiça as do Ministério Público, da advocacia pública, da advocacia privada e da defensoria pública.
- 52 O Supremo Tribunal Federal (STF) cumpre, entre outras, a função de órgão de cúpula do Poder Judiciário, e a ele cabe a iniciativa de, por meio de lei ordinária, dispor sobre o Estatuto da Magistratura.
- 53 O Poder Legislativo opera por meio do Congresso Nacional, instituição bicameral composta pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Acerca dos serviços públicos, julgue o item a seguir.

- 54 Um dos princípios que regem a prestação de todas as modalidades de serviço público é o princípio da generalidade, segundo o qual os serviços públicos não devem sofrer interrupção.

Com relação a contratos administrativos e licitações, julgue os itens a seguir, à luz da Lei n.º 8.666/1993.

- 55 A duração de contratos regidos pela Lei de Licitações está limitada à vigência dos créditos orçamentários referentes a tais contratos. A única exceção feita por essa lei são os projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no plano plurianual, os quais podem ser prorrogados se houver interesse da administração.
- 56 Considere que a administração pública e determinada construtora firmem contrato, regido pela Lei n.º 8.666/1993, para reformar o edifício-sede de uma autarquia federal, e que, em certo momento, a administração decida solicitar a ampliação da reforma em 60%. Nessa situação, de acordo com a referida lei, a construtora contratada é obrigada a aceitar o acréscimo solicitado, haja vista a supremacia do interesse público e a prerrogativa da administração de alterar unilateralmente as cláusulas dos contratos por ela firmados.
- 57 Considere que o governo de determinado estado-membro da Federação tenha realizado licitação, na modalidade convite, para contratar um escritório de contabilidade para desempenhar atividades contábeis gerais, mas não tenha havido interessados. Nesse caso, é permitida a contratação com dispensa de licitação, desde que observados os requisitos legais.

Com relação ao cargo, ao emprego e à função dos servidores públicos e à Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens subsequentes.

- 58 As pessoas com qualquer tipo de deficiência física têm garantido o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, além da reserva de, pelo menos, 25% das vagas oferecidas no concurso.
- 59 Os servidores temporários, ao serem contratados por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, exercem função pública e, portanto, passam a estar vinculados a emprego público.

A respeito do processo administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue o item abaixo.

- 60 De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, enquanto autoridade é o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da atividade financeira do Estado, julgue os itens a seguir.

- 61 Alguns serviços públicos são prestados somente quando solicitados, caso em que sua remuneração é feita pelos indivíduos que deles se beneficiem diretamente.
- 62 Somente as atividades complementares do Estado podem ser delegadas a concessionárias do serviço público.
- 63 O mecanismo de intervenção mediante discriminação é aquele em que o Estado não só retira parte das riquezas dos contribuintes mais abastados, como também a redistribui, mediante subvenção ou outra classe de auxílio, aos grupos sociais de baixa capacidade econômica.

Julgue os itens seguintes, que tratam dos aspectos técnicos e legais das receitas públicas.

- 64 As receitas recebidas que não pertencerem ao ente arrecadador, quando transferidas a seus legítimos proprietários, devem ser registradas na contabilidade do ente arrecadador em contas redutoras de receita, à exceção dos tributos recebidos indevidamente a maior, cuja restituição deve ser consignada como despesa pública.
- 65 Em relação à natureza, as receitas públicas se dividem em receitas correntes e de capital.
- 66 Se um contribuinte não pagar a parcela de determinado imposto até o vencimento, os juros de mora devidos no momento do pagamento devem ser contabilizados em outras receitas correntes.

A dívida ativa da fazenda pública consiste no conjunto de créditos que o Estado tem com terceiros. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 67 O ato administrativo da inscrição do crédito na dívida ativa produz efeitos de natureza contábil, material e processual.
- 68 A prescrição do crédito tributário não pode ser interrompida se a inscrição da dívida ativa for efetivada por órgão incompetente.
- 69 O direito de inscrever créditos na dívida ativa e cobrá-los pela via executiva judicial é estendido às autarquias e empresas públicas.
- 70 A notificação de lançamento tributário dirigida ao contribuinte constitui ato que implica o exercício de uma pretensão de liquidez do crédito correspondente.

Com relação aos aspectos tributários das receitas, julgue os itens subsequentes.

- 71 O preço público se diferencia da taxa porque nasce do fornecimento de um bem e decorre de um contrato entre as partes, ao passo que as taxas se referem aos serviços.
- 72 Os impostos proporcionais são uniformes em relação à base de cálculo, mas podem ter alíquotas diferenciadas, de acordo com o critério estabelecido na legislação pertinente.
- 73 O ordenamento jurídico em vigor não permite que um município crie uma taxa sobre os serviços de manutenção por ele prestados nas áreas rurais, ainda que essa taxa seja criada por lei.
- 74 A cobrança de taxa referente a determinado serviço público facultativo independe da vontade dos cidadãos alcançados por tal serviço.

As transferências entre os entes da Federação podem decorrer de determinações constitucionais, legais ou simplesmente de considerações políticas. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 75 De acordo com a CF, a União pode utilizar os recursos dos impostos federais atribuídos aos estados e municípios para pagamento de seus créditos, inclusive o de suas autarquias.
- 76 As despesas de pessoal e encargos sociais só podem ser custeadas com recursos de transferências previstas na CF ou em norma legal.
- 77 Os repasses do FPM podem permanecer estáveis ou até ser reduzidos ainda que a arrecadação federal sofra elevação.
- 78 O cálculo dos percentuais do fundo de participação dos municípios (FPM), considerando-se cada município que não seja capital, é feito com base no critério populacional, a partir do domicílio eleitoral dos cidadãos.

Dada a grande variedade de ingressos públicos, a classificação da receita abriga circunstâncias bastante distintas da mera arrecadação tributária ou da transferência intergovernamental de recursos. Com relação a esse assunto, julgue os próximos itens.

- 79 A apropriação da variação cambial positiva de empréstimos concedidos deve ser classificada como receita de serviços.
- 80 Se a União recebe recursos para a amortização de um empréstimo concedido a terceiros, o valor deve ser classificado como receita corrente, no agrupamento correspondente à receita patrimonial.
- 81 Se determinado ministério utiliza recursos de suas receitas de capital para realizar uma transferência a uma de suas empresas estatais dependentes, o recebimento deve ser classificado na contabilidade da empresa beneficiária como transferência de capital, independentemente de sua destinação.

No que se refere aos instrumentos de planejamento introduzidos pela CF, julgue os itens que se seguem.

- 82 Os orçamentos fiscais de investimento das empresas estatais e da seguridade social devem ser compatibilizados com o PPA.
- 83 Durante o processo de apreciação do plano plurianual (PPA), devem ser observadas as mesmas regras de alteração do projeto pelo Poder Executivo válidas para a Lei Orçamentária Anual (LOA), que somente permitem modificação por meio de mensagem presidencial enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista de Orçamento, da parte cuja alteração é proposta.
- 84 Embora deva ser compatível com o PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) contém matérias que, por sua própria natureza, não devem constar do PPA.

Em relação à receita pública, julgue os itens seguintes.

- 85 Os recursos recebidos de outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas correntes, nem sempre são classificados como receitas correntes.
- 86 Os recursos financeiros provenientes da venda de títulos públicos do Tesouro Nacional constituem receitas correntes ou de capital, conforme o prazo de resgate.
- 87 Quando um estado recebe da União sua parte do imposto sobre produtos industrializados em seu território, em face de determinação constitucional, essa receita é classificada somente como receita corrente.
- 88 Por não ser possível prever no orçamento todos os casos em que o órgão público fará a alienação de algum bem do seu patrimônio, a receita proveniente das alienações pode ser classificada como orçamentária ou extraorçamentária.
- 89 A receita patrimonial de uma instituição decorre da exploração econômica dos seus bens, fazendo parte dessa receita os juros, dividendos e aluguéis.
- 90 A receita patrimonial é considerada receita corrente.

Acerca dos conceitos e princípios orçamentários, julgue os itens que se seguem.

- 91 Por força do princípio da exclusividade, a LOA não deverá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Por isso, a lei orçamentária não pode ser aprovada se nela constar autorização para a realização de operações de crédito.
- 92 O orçamento público, que mantém interação com a LDO e o PPA, pode ser considerado instrumento de planejamento das ações de governo.
- 93 Dada a autonomia financeira e orçamentária garantida pela CF, os entes da Federação têm ampla liberdade para elaborar seus orçamentos, pelo menos no que diz respeito a suas próprias receitas.
- 94 O princípio da exclusividade tem por objetivo principal evitar a ocorrência das chamadas caudas orçamentárias.
- 95 A existência do PPA, da LDO e da LOA, aprovados em momentos distintos, constitui uma exceção ao princípio orçamentário da unidade.
- 96 O ciclo orçamentário compreende um período de tempo que se inicia antes do exercício correspondente àquele em que o orçamento deve entrar em vigor, sendo necessariamente superior a um ano.
- 97 O controle da execução orçamentária, como item do ciclo orçamentário, é executado apenas pelo controle interno, consoante previsão constitucional.
- 98 Na administração pública federal, o exercício financeiro corresponde ao período compreendido entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de cada ano civil.
- 99 Conforme o princípio orçamentário da unidade, todas as receitas e despesas devem integrar o orçamento público.

Julgue os itens seguintes acerca do PPA, da LDO e da LOA, conforme a CF.

- 100 Os projetos de lei relativos ao PPA serão apreciados pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.
- 101 O orçamento fiscal e o da seguridade social, integrantes da LOA, incluem, entre suas funções, a de reduzir desigualdades inter-regionais.
- 102 As leis orçamentárias podem ser de iniciativa do Poder Legislativo.
- 103 Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais, previstos na CF, devem ser elaborados em consonância com a LDO e apreciados pelo MPU.
- 104 As emendas ao projeto de lei do orçamento anual somente serão aprovadas se forem compatíveis com o PPA e com a LDO.
- 105 A LOA federal compreenderá o orçamento fiscal das empresas estatais nas quais a União detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Em 2010, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) completou dez anos. Desde a sua edição, muitas exigências de seu cumprimento foram feitas pela sociedade e pelos órgãos de controle. Acerca dessa lei, julgue os próximos itens.

- 106 De acordo com a LRF, o projeto de lei do PPA deve ser enviado ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do término do exercício financeiro.
- 107 Conforme dispõe a LRF, o estado ou município que não promover a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os impostos de sua competência constitucional ficará impossibilitado de receber transferências voluntárias da União.
- 108 A LRF determina a inclusão, na LDO, dos objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como dos parâmetros e das projeções para seus principais agregados.
- 109 Os limites globais para o montante da dívida consolidada da União e para o montante da dívida mobiliária federal devem ser fixados, em percentual da receita corrente líquida, para cada esfera de governo.
- 110 As despesas relativas às pensões, por não constituírem gastos com servidores inativos, não fazem parte da limitação de despesas de pessoal prevista na LRF.
- 111 A LRF estabelece que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe ação planejada e transparente, para que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, os recursos da reserva de contingência são uma forma de prevenir os riscos de desequilíbrios nas contas públicas provocados por situações contingentes.
- 112 Segundo a LRF, a receita corrente líquida corresponde ao somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com as deduções estabelecidas na própria LRF.
- 113 A receita corrente líquida deve sempre ser apurada no período referente a um ano, coincidente com o ano civil.
- 114 Segundo a LRF, integrarão o projeto da LDO um anexo de metas fiscais e outro de riscos fiscais.

Em relação às classificações da receita pública, julgue os itens subsequentes.

- 115 Quanto às categorias econômicas, as receitas podem ser correntes e de capital.
- 116 As receitas tributárias, de contribuições, agropecuárias, patrimoniais e o *superavit* do orçamento corrente são considerados receitas correntes.
- 117 A classificação por fontes inclui-se entre os critérios de classificação das receitas públicas.
- 118 Por meio da classificação institucional da receita, é possível identificar, no orçamento da União, as unidades orçamentárias responsáveis pela arrecadação.
- 119 A classificação de receitas intraorçamentárias correntes e de capital foi incorporada à lei que trata das normas gerais de orçamento, dada a necessidade de registro de receitas provenientes de órgãos pertencentes ao mesmo orçamento, evitando-se as duplas contagens na consolidação das contas públicas.
- 120 As receitas destinadas aos órgãos representativos de categorias profissionais ou a órgãos de defesa de interesse dos empregadores ou empregados integram a classificação orçamentária como receitas de contribuição.
- 121 Impostos, taxas e contribuições são considerados receitas originárias.
- 122 As receitas auferidas nas situações em que o Estado atua em condição de igualdade com os particulares, sem o uso do poder de império, são consideradas receitas originárias, como é o caso da receita de serviços.

A respeito das classificações da despesa pública, julgue os itens a seguir.

- 123 A destinação de recursos do orçamento para a constituição ou aumento do capital de empresas que visem a objetivos comerciais, incluindo-se operações bancárias ou de seguros, é operação considerada despesa de capital, na modalidade investimento.
- 124 As despesas com o pagamento dos juros da dívida pública são despesas correntes, e a amortização do principal da dívida constitui despesa de capital.
- 125 Saúde, educação, ensino fundamental, ensino médio e ensino superior constituem funções, conforme a classificação funcional da despesa.
- 126 Na classificação por programas, uma atividade representa um instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa e compreende um conjunto de operações necessárias à manutenção da ação do governo, realizando-se de modo contínuo e permanente.
- 127 Na classificação por programas, as despesas públicas executadas por meio de projetos, atividades e operações especiais geram produtos disponibilizados à sociedade na forma de bens ou serviços.
- 128 Todos os equipamentos e materiais permanentes adquiridos são considerados despesas de capital.

Em relação às previsões constitucionais relativas ao orçamento público, julgue os itens de 129 a 134.

- 129 O PPA da União será elaborado em um mandato presidencial e terá sua vigência estendida até o primeiro ano do mandato subsequente.
- 130 Em respeito ao princípio orçamentário da não vinculação da receita, nenhum imposto será vinculado a órgão, fundo ou despesa, nem mesmo no caso de destinação de recursos para serviços públicos de saúde e educação.
- 131 Na lei que instituir o PPA constarão despesas de capital e outras delas decorrentes.

- 132 A partir da edição da Constituição Federal de 1988, ficou vedada a instituição de fundos de qualquer natureza.
- 133 Os créditos extraordinários somente serão abertos para atender a despesas urgentes e imprevisíveis, como aquelas decorrentes de guerra civil, guerra externa ou calamidade pública.
- 134 Os créditos suplementares, especiais e extraordinários terão vigência apenas no exercício financeiro em que forem autorizados, em atendimento ao princípio orçamentário da anualidade.

Considerando as previsões constitucionais, as da LRF e as da legislação específica que trata de orçamento público, julgue os itens que se seguem.

- 135 No Distrito Federal (DF), o controle para a verificação do cumprimento do limite da despesa total com pessoal deve ser realizado ao final de cada quadrimestre.
- 136 A abertura de crédito extraordinário é admitida somente para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, observando-se, no caso da União, que a abertura deve ocorrer por meio de medida provisória; nos estados e municípios, por decreto do chefe do Poder Executivo.
- 137 Para a previsão da receita que fará parte do orçamento federal, devem ser considerados os efeitos das alterações na legislação, da inflação e do crescimento econômico do país.
- 138 Qualquer nova ação governamental que implique aumento de despesa deve ser considerada irregular e lesiva ao patrimônio público, se não houver a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor.
- 139 Os valores gastos com serviços prestados por empresas contratadas para a terceirização de mão de obra e que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos devem ser contabilizados como despesas de capital.
- 140 A despesa total com pessoal da União não deve ultrapassar a 50% da sua receita corrente líquida.

Ainda com relação aos orçamentos públicos, julgue os itens a seguir.

- 141 Créditos suplementares poderão estar autorizados na LOA aprovada.
- 142 A LDO deve conter anexo no qual sejam avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- 143 De acordo com o princípio orçamentário da exclusividade, deve-se evitar que dotações globais sejam inseridas na LOA.
- 144 Os créditos adicionais provocam, necessariamente, um aumento do valor global do orçamento aprovado.
- 145 Uma receita relativa a multas aplicadas pela administração tributária pode ser classificada como receita corrente, pois o seu recebimento, considerado ingresso extraorçamentário, não altera o patrimônio líquido, em face de constituir um ingresso extraorçamentário.

Acerca dos conceitos, princípios, normas e classificações orçamentárias, julgue os próximos itens.

- 146 A classificação funcional-programática manteve-se nos mesmos parâmetros desde a entrada em vigor da Lei n.º 4.320/1964 até o exercício de 2010.
- 147 O orçamento tradicional tinha como função principal a de possibilitar ao parlamento discutir com o órgão de execução as formas de planejamento relacionadas aos programas de governo, visando ao melhor aproveitamento dos recursos, com base nos aspectos relativos a custo/benefício.
- 148 Um importante princípio orçamentário estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.
- 149 As receitas derivadas são receitas correntes.
- 150 De acordo com o conceito de orçamento-programa, devem-se valorizar o gasto público e o que o governo adquire, em detrimento do que se pretende realizar.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Será desconsiderado, também, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas.
- Na **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, único documento que servirá de base para a avaliação da Prova Discursiva, escreva com letra legível e respeite rigorosamente as margens. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva em seguida o respectivo substituto. **Atenção:** parênteses não podem ser usados para tal finalidade.

Texto 1

Os gastos relacionados à realização da Copa do mundo, no Brasil, devem aproximar-se de R\$ 30 bilhões até 2014, sendo 42% desse total suportados pelo setor público, revelou uma pesquisa. Serão criados 3,63 milhões de empregos temporários ao ano, e uma renda adicional de R\$ 63,48 bilhões. Por outro lado, se a gestão macroeconômica não for bem administrada, pode haver aumento da inflação, afirmou o coordenador da pesquisa.

Internet: <www.fgv.com.br> (com adaptações).

Texto 2

Embora os índices de pobreza no Brasil tenham experimentado queda mais acelerada nos últimos anos, a melhoria das condições econômicas da população desde o Plano Real não teve distribuição uniforme entre as regiões do país. É o que indica o trabalho intitulado **Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil**, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Segundo o IPEA, os dados mostram que a redução da pobreza não tem relação direta apenas com o crescimento econômico. O órgão sugere a combinação entre crescimento e políticas públicas voltadas para o combate à pobreza.

O Estado de S.Paulo, 13/7/2010 (com adaptações).

Considerando os textos acima unicamente como motivadores, redija um texto dissertativo, acerca do tema a seguir.

O GASTO PÚBLICO EM POLÍTICAS SOCIAIS E EM INVESTIMENTOS PARA A REDUÇÃO DA POBREZA E MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	